



ID: 123236125

27-05-2026

Falar dos sindicatos para não falar do essencial?



Raquel Rego

A propósito da necessidade de reforma dos sindicatos – em maio de 2026, em Portugal –, talvez valha a pena começar por uma pergunta simples: se se é a favor dos sindicatos, por que motivo a preocupação é a sua reforma quando estamos perante uma proposta de alteração à lei laboral com grande impacto na vida dos trabalhadores?

É certo que os sindicatos, como qualquer instituição democrática centenária,

precisam de se renovar. Isso não significa que não tenham uma missão necessária. O *European Values Study* mostra que os cidadãos europeus confiam nos sindicatos (mais do que nos partidos políticos), o que pode ser entendido como o reconhecimento do papel positivo que desempenham – na negociação coletiva, na denúncia de ilegalidades e injustiças, no apoio jurídico a milhares de trabalhadores. Quantos beneficiam da sua ação sem terem o custo de pagar a quota?

Quanto à baixa sindicalização, ela não deve ser confundida com irrelevância. Os sindicatos não são apenas mais um ator em defesa dos direitos dos trabalhadores. A literatura sobre capitalismo coordenado e diálogo social mostra que os sindicatos são decisivos na construção do modelo social europeu. Os sindicatos não são apenas estruturas reivindicativas, mas também instituições de coordenação económica e de

promoção de estabilidade social.

Merece igualmente revisão o lugar-comum de que a proximidade entre sindicatos e partidos políticos compromete necessariamente a ação sindical. A história das democracias europeias aponta no sentido contrário. A lógica de “correia de transmissão” partidária pode limitar a independência sindical, mas esse problema



O essencial é que a reforma não passe pelo enfraquecimento dos que têm menos poder nas relações laborais

não é exclusivo dos sindicatos nem o modelo dominante na Europa. No Reino Unido, na Suécia, em toda a tradição social-democrata do continente, movimentos laborais e forças políticas construíram a ordem social sem que essa relação fosse vista como vício, mas como participação cívica, legítima e plural.

Perante a reforma laboral em curso, onde de resto se quer proibir a entrada de sindicatos em empresas que não têm sindicalizados (conhecidos), falar de reforma dos sindicatos parece uma forma de distrair do essencial. O essencial, diria, é que a reforma laboral – e a renovação do movimento sindical – não passe pelo enfraquecimento dos que têm menos poder nas relações laborais.

Professora de Sociologia do Trabalho e de Relações Laborais do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa